

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXXXXX/DF**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, filha de Pai de Tal e Mãe de Tal, RG n. XXXXXXXX, SSP/DF, CPF n. XXXXXXXX, residente na, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX, fone XXXXXX-XXXX / XXXX-XXXX, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 134, *caput*, c/c art. 5º, LXXIV, da Constituição da República, por ser juridicamente pobre, nos moldes da Lei n.º 1.060/50, propor

**AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO  
(com pedido liminar)**

em face de **FULANO DE TAL**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. XXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, FONE XXXXX-XXXX, demais qualificações desconhecidas, pelos fatos e motivos a seguir expostos.

**DOS FATOS**

Em **XX.XX.XXXX**, a Requerente adquiriu o veículo **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, mediante financiamento bancário com o Requerido em XX (XXXXXXX) prestações de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX), com vencimento da primeira no dia **XX.XX.XXXX** e as demais dia todo dia XX (XXXXXXX) dos meses subsequentes.

A Requerente sempre pagou regularmente as prestações do veículo. Contudo, a prestação de nº XX, com vencimento em **XX.XX.XXXX**, embora tenha sido paga em **XX.XX.XXXX** na lotérica XXXXXXXX, conforme comprovante em anexo, até hoje não foi baixada no sistema do banco Requerido. Tal situação, aliás, desencadeou em inúmeras cobranças do Requerido, encaminhado diversas mensagens à Requerente, além da negativação do nome desta nos órgão de proteção ao crédito. Ademais, o Requerido ajuizou ação de busca e apreensão (processo n. XXXXXXXXXXXX), que não foi exitosa.

As demais parcelas também foram pagas antes dos respectivos vencimentos. Todavia, em relação à parcela de nº XX/XX com vencimento no próximo dia **XX.XX.XXXX**, a Requerente não conseguiu realizar o

pagamento, eis que o sistema eletrônico da lotérica, local em que habitualmente realiza os pagamentos, se nega a recebê-lo.

Destaca-se, inclusive, que a Requerente tentou realizar o pagamento na própria agência do Banco XXXX, porém foi informada que o boleto estava bloqueado. Urgente, portanto, evitar que seja imputada a mora ao pagamento.

Assim, considerando a recusa indevida no recebimento, busca-se a consignação em pagamento da parcela de nº XX/XX, no valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), com vencimento no próximo dia **XX.XX.XXXX**, de modo a solver a dívida, bem como das parcelas subsequentes, caso o Requerido também se recuse a recebê-las.

## DO DIREITO

É inconteste que ao devedor assiste o direito de solver suas dívidas, sendo para tanto amparado pelo ordenamento jurídico que propugna, justamente, pelo adimplemento das obrigações, conforme se pode facilmente verificar na disposição do Código Civil, adiante transcrita:

*“Art. 334. Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais”.*

No mesmo diploma legal, há a previsão das hipóteses em que se entende cabível o pagamento em consignação, como é possível verificar no artigo 335, in verbis:

*“Art. 335. A consignação tem lugar:*

***I - se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;***

*II - se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;*

*III - se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil;*

*IV - se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;*

*V - se pender litígio sobre o objeto do pagamento.”*

*(grifos nossos)*

Assim, em razão da indevida recusa por parte do Requerida, qual torna imperioso o deferimento do pedido de consignação do valor devido da parcela de nº XX do financiamento, com vencimento em **XX.XX.XXXX**, a fim de que a obrigação seja extinta.

## DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

**a)** O deferimento dos benefícios da justiça gratuita, conforme a Lei XXXXX/XX (declaração anexa) e o Código de Processo Civil;

**b)** Em sede de **tutela de urgência antecipatória**, pugna para que, deferida a consignação do valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), da parcela de nº XXXX/XX (contrato n. XXXXXXXX), com vencimento no próximo dia **XX.XX.XXXX**;

**c)** a citação da Requerida para, no prazo legal, levantar o depósito ou oferecer contestação, sob pena de revelia e assunção dos fatos versados nesta exordial;

**d)** seja **julgado procedente o presente pedido**, confirmando a consignação do valor acima, resultando na **extinção da obrigação** consubstanciada no valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), originária da parcela de nº XXX/XX (contrato n. XXXXXXXXXXXXXXXX), com vencimento no dia **XX.XX.XXXX**, para todos os efeitos legais, bem com deferir a consignação do valor das demais parcelas, caso o Requerido se recuse a recebê-las nos respectivos vencimentos;

**e)** a condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários, a serem revertidos ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007, Decreto nº 28.757/2008) - **PRODEF**, recolhidos junto ao **Banco XXXX, Código do Banco XXX, Agência XXXX, conta XXXXXXXXXXXX**.

**f)**

DAS PROVAS: Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direto admitidos, em especial pela juntada da anexa prova documental.

Dá-se à causa o valor de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

Termos em que requer e aguarda deferimento.

XXXXXXXX - DF, XX de XXXXXXX de XXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público do Distrito Federal**